



**UFSM**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**

**CENTRO DE EDUCAÇÃO**

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM  
GESTÃO EDUCACIONAL**

**GESTÃO E POLÍTICA EDUCACIONAL VIGENTE (2011-2014) E OS REFLEXOS  
NO ESPAÇO ESCOLAR: MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA/RS.**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**CRISTINA VENITES DOS SANTOS**

**Santa Maria, RS, Brasil.**

**2014**

**GESTÃO POLITICA EDUCACIONAL VIGENTE (2011-2014) E OS REFLEXOS NO  
ESPAÇO ESCOLAR: MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA-RS.**

por

Cristina Venites Dos Santos

Monografia apresentada ao curso de especialização em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM - RS), como quesito parcial para a obtenção do grau de especialista em gestão educacional.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>Dr<sup>a</sup>. Débora Teixeira de Mello

**Santa Maria, RS, Brasil.**

**2014**

**Universidade Federal de Santa Maria**

**Centro de Educação**

**Curso de Especialização em Gestão Educacional**

A comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a

Monografia de Especialização

**GESTÃO EDUCACIONAL VIGENTE (2011-2014) E OS REFLEXOS  
NO ESPAÇO ESCOLAR: MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA-RS.**

elaborada por

**Cristina Venites Dos Santos**

como requisito parcial para a obtenção do grau de

**Especialista em Gestão Educacional**

**COMISSÃO EXAMINADORA**

Débora Teixeira de Mello, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. (UFSM)

---

(Presidente)\Orientador)

---

Simone Freitas da Silva Gallina. Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup>(UFSM)

---

Rosane Carneiro Sarturi. Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. (UFSM)

**Santa Maria, 11 de dezembro de 2014.**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço acima de tudo, a meu anjo protetor, por interceder em minhas escolhas.

A minha mãe pela dedicação, atenção e carinho.

A minha orientadora pela oportunidade me concedida.

A meu amigo João Rocha pelo afeto e compreensão.

A secretária do curso de gestão educacional - Carmen pelo apoio e empatia que dedica a todo (a)s do curso.

A Deus pelo talento e dádiva de possibilitar concluir mais uma fase da minha vida de formação continuada e esses é os seis agradecimentos fundamentos do construto deste trabalho.

Este trabalho, para mim, significa superação de minhas dificuldades e anseios. Este trabalho, realizado através de documentos e leis, fruto também das trocas de ideias entre colegas do curso e professores, que me auxiliam e educam. Por isso, não posso deixar de agradecer a todos pelo carinho e ajuda.

“Caminhante não há caminho, o caminho se faz ao andar”. (Antônio Machado, 1875 - 1939).

## RESUMO

Monografia de Especialização

Curso de Pós-Graduação

Especialização Lato - Sensu Em Gestão Educacional

Universidade Federal de Santa Maria

### **GESTÃO POLITICA EDUCACIONAL VIGENTE (2011-2014) E OS REFLEXOS NO ESPAÇO ESCOLAR: MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA-RS.**

AUTOR: Cristina Venites dos Santos

Orientadora: PROF.<sup>a</sup>DR.<sup>a</sup>Débora Teixeira Mello

Data e local de defesa: Santa Maria-RS, 11 de dezembro de 2014.

Este trabalho pretende analisar a implantação de uma política de governo que influencia mudanças na gestão educacional, na tentativa de melhorar a educação de nível médio. A realização desse trabalho ocorreu através, de uma pesquisa bibliográfica referente aos documentos pertinentes da **Proposta de Reestruturação Curricular do Ensino Médio** em vigor de (2011- 2014) no estado do Rio Grande do Sul, realizada na escola estadual do município de Candelária - RS. Assim, o trabalho constitui-se em quatro partes: a primeira possibilita compreender a relação entre sistemas produtivos mundiais e a interferência, dessas organizações na educação brasileira. A segunda parte contextualiza a participação das organizações internacionais versus as mudanças sofridas na educação brasileira, a partir da década de 90. A terceira parte, esclarecer o significado de politecnia, expresso na Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB), a qual ressurgiu na proposta em análise. A quarta parte é verificar as principais mudanças ocorridas na escola, após implantação da proposta. Finalmente, apresentar algumas considerações finais, no sentido, de construir uma educação média de qualidade, e assegurá-la a todos. Conforme, interesses e necessidades específicas regionais das escolas estaduais: de estrutura, funcionamento e condições humanas.

**Palavras - chaves:** Ensino Médio – Política de Governo – Organização curricular.

**Monograph of specialization**

**Cursso graduate**

**Broad sensu specialization in Educational Management**

**Federal University of Santa Maria**

**Current educational policy management (2011-2014) and its reflection in schools:  
the southern municipality of Candelaria**

Author: Cristina Venites of the Saints

Guideline: Teacher: DR; Debora Teixeira Mello

Date and defense site: Santa Maria – RS 05 2014 Dezenbro

This paper discusses the implementation of a government policy that influences changes in education management in an attempt to improve secondary education. The realization of this work took place through a bibliographic research regarding the relevant documents of the Proposed Restructuring of High School Curriculum into force of (2011 \ 2014) in the state of RS, held at the state school in the municipality of Candelaria – RS. Thus, the work is constituted into four parts: the first allows understanding the relationship between global production systems and the interference of these organizations in Brazilian education. The second part contextualizes the participation of international organizations versus the changes undergone in Brazilian education from the 90. A third part of the decade, clarify the meaning of polytechnic, expressed in the Law of Guidelines and Bases of Education, which reappears in the proposal analyze. A fourth part is to see major changes in school after deployment proposal. Finally present some final considerations in the sense of construer average education quality and assure it all. As, wins regional characteristics of the state schools of structure, function and human conditions.

Key – word: High School, Curriculum Organization, Government Policy.

## LISTA DE QUADROS

pg.

- Quadro1: Referencial Teórico do Ensino Médio Politécnico.....25
- Quadro 2: Dados fonte da Secretária da Escola Gastão Bragatti Lepage.....28

**LISTA DE ANEXOS**

**pg.**

Anexo A – Questionário.....39

# SUMÁRIO

Introdução e justificativa.....	11
1. Políticas e Gestão Educacional.....	15
1.1 Interdependências Mercado e Educação.....	17
2. Movimentos Internacionais e as Dimensões: de Descentralização, de Democratização e Autonomia Na Educação.....	20
3. Concepções de Politecnia expressa Política de Governo Vigente (2011-2014).....	23
4. Metodologia.....	26
4.1 Discussões e resultados.....	29
4.2 Considerações finais.....	33
5. Referencias.....	35
6. Anexos.....	39

## INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Este trabalho de pesquisa busca analisar uma política educacional baseada na Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico no Estado do Rio Grande do Sul, que foi implantada no período de 2011 a 2014. Procurando evidenciar as principais mudanças decorrentes da proposta, no ambiente escolar.

A proposta do atual governo do Estado, para o ensino médio, é uma tentativa de modificar a realidade escolar gaúcha, no sentido de flexibilizar o currículo escolar e tornar o ensino mais significativo para as demandas sociais, para assim reduzir os elevados índices de repetência e abandono escolar, no estado do Rio Grande do Sul. A fim de viabilizar mudanças para obter melhorias da qualidade na escolarização média. Entre as principais iniciativas da **Proposta de Reestruturação Curricular para o Ensino Médio** destaca-se: integrar as disciplinas e organizar por áreas do conhecimento<sup>1</sup> (CNE\DCNEM, nº2, 2012); reintegração do ensino médio ao ensino profissionalizante, de modo, inserir a concepção de politecnia nas dimensões de formação humana: trabalho, ciência e tecnologia, em articulação, as demais, áreas do conhecimento, através do trabalho e pesquisa como princípio educativo – pedagógico.

Percebe-se claramente a consolidação da proposta, divulgada nas escolas pelo documento SEDUC-RS (2011) intitulado Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio. Essa apresentação é necessária, para que as partes envolvidas: gestão escolar e comunidade compreendam essa política educacional, no contexto social, participativo, e político, conduzindo a participação coletiva da sociedade e do estado, para atingir as melhorias necessárias a escolarização média do estado gaúcho. Nessa perspectiva, a proposta visa reestruturação curricular dos sistemas de ensino estaduais, através da mobilização conjunta de repensar relação teoria- prática; ciência - técnica - trabalho; ensino-pesquisa, como propósito de propiciar ao jovem permanência e sucesso escolar. Assim,

---

<sup>1</sup> Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) estabelece quatro grandes áreas de conhecimento, tais como: (área da Ciência Da Natureza e suas Tecnologias; área da Linguagem, Códigos e suas Tecnologias; área Ciências Humanas e suas Tecnologias e área da Matemática e suas Tecnologias).

essa proposta é dotada de ações para viabilizar novos projetos escolares, a fim de tentar direcionar saberes de formação humana, de modo, emancipatório e autônomo, dos demais métodos de ensino tradicionais, como aulas expositivas e aprendizagem defasada.

Sendo assim, a relação currículo e ensino, contribuem para as desigualdades sociais, em verdade, condicionam as relações entre educador – educando que direciona o processo de exclusão: os que permanecem na escola e os que dela vão sendo excluídos. Então, estas condições que se encontram a educação básica constituem ainda, um dos principais desafios das políticas educacionais, de inclusão e currículos escolares flexíveis para que todos por iguais possam ter acesso às escolas de qualidade social.

Tais mudanças, a proposta visa como principais estratégias de reformulação do ensino médio: **a)** proporcionar entre as áreas do conhecimento, maior integração das disciplinas, a partir da pesquisa como princípio educativo; **b)** possibilitar outras relações de aprendizagem, através da interdisciplinaridade, da contextualização, da pesquisa e recursos tecnológicos; **c)** realizar atividades integradoras de incentivo a pesquisa com foco a aprendizagem, através da disciplina de Seminário Integrado, que ensina o aluno a elaborar projetos de iniciação científica e a pesquisa. Cabe ainda, lembrar, que a proposta deve ser entendida pelas partes envolvidas: gestão escolar e comunidade escolar para viabilizar direcionamento da política educacional, rumo atender a qualidade das demandas sociais.

Segundo Lück, (2011) diz que “é oportuno ressaltar que as ações de gestão são realmente efetivadas e com resultados positivos, quando vinculadas e planejadas coletivamente”. A partir de documentos legais e programas que visam garantir os direitos sociais de educação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -LDBN: “a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”(BRASIL, Lei nº 9.394\1996, Art.22). Esta Lei direciona a concepção de politecnicidade (ensino – pesquisa – trabalho) presente na proposta em estudo, que apontam as transformações produtivas globais, da economia e política em relação às dimensões de formação humana.

Em contrapartida, a proposta visa superar a dicotomia entre o ensino propedêutico (ciência) e o geral (trabalho), a partir da integração dessas dimensões de saberes. Assim a proposta conduz o ensino de saberes: científico, tecnológico e cultural, através de projetos curriculares diversificados de contextualização e interdisciplinaridade entre os saberes. Tendo em conta que a escola tem autonomia para organizar seu currículo escolar, de modo possibilitar a partir de a reestruturação curricular, incentivar a pesquisa e a politecnia para estimular situações variadas de aprendizagem, e atender as demandas sociais, conforme a LDBN, no artigo 35, da seção IV:

- I. A consolidação e o aproveitamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudo;
- II. A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III. O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV. A compreensão dos fundamentos científicos - tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (BRASIL, Lei nº 9.394\ 1996, Art.35).

Com base na busca de reverter às desigualdades sociais por meio da educação, a proposta visa uma formação humana integral, no sentido que a formação é processo contínuo, integral do sujeito, isto é, passa por todas as fases do desenvolvimento cognitivo. Desde a infância, pré-adolescência, adolescência e a fase jovem - adulta. A reforma curricular faz relação aos princípios de pesquisa e trabalho que identifica as necessidades de profissionais polivalentes para atender as demandas de qualificação do mercado produtivo.

A delimitação da pesquisa e escolha da escola se deu pelas dúvidas surgidas no decorrer do ano letivo, após um ano da implantação proposta de Reestruturação Curricular. Então, através desta Monografia de Especialização em Gestão Educacional, expresse reflexões sobre a implantação da proposta de governo (2011-2014) para o Ensino Médio, do qual atuo como professora contratada da 6ª Coordenadoria Regional de Educação, em início de carreira, lecionando na escola estadual de Candelária - RS, como titular da disciplina de Química, Física e Seminário Integrado, trabalho com nove turmas de ensino médio, tendo uma turma em cada série nos turnos manhã e noite.

Diante do exposto, a pesquisa visa analisar as mudanças viabilizadas no Ensino Médio, os ajustes e desafios para avanços na qualidade educacional. Objetivando compreender as mudanças realizadas no funcionamento escolar, a partir da implantação proposta: de flexibilidade curricular; de avaliação qualitativa e de integração do ensino médio a educação profissional.

## Capítulo I

### 1. POLÍTICAS E GESTÃO EDUCACIONAL

As políticas educacionais interagem com projetos e ações de governos para crescimento e desenvolvimento econômico do país, que são estabelecidas como políticas públicas para atender a saúde, a educação, a segurança, a previdência, as relações de trabalho, entre outras. Neste contexto, “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões” Azevedo (2003, p. 38).

Esclarecido o significado do termo política pública, cabe entender no aspecto social, que a educação também é considerada uma política social, no seu contexto de organização social, e de modo escrito as políticas educacionais (sociais) com grafia minúscula faz referencia as políticas públicas que cumpre função de resolver os dilemas educacionais, através de ações e planos políticos. Então, ao estudar políticas públicas, nos referimos ao governo em ação (SOUZA, 2003). Sendo que as políticas de educação podem coexistir de ações de interesse do poder público e não apenas do governo federal, permeando espaços de gestão até chegar à sala de aula.

Nesse sentido, cabe repensar políticas e a gestão da educação no Brasil, sobretudo tendo a qualidade como parâmetro das políticas públicas, que surge a partir da década de 1990, com a Conferência Mundial de Educação Para Todos - EPT, financiado pela UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura, Banco Mundial e PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, tornando-se um dos principais compromissos assumidos à universalização da educação básica, para escolarização fundamental. A partir desse compromisso, cabe destacar no primeiro momento, participação na educação, assumida pela família, comunidade e os meios de comunicação, assim ampliando responsabilidade de todos perante a educação.

Desse modo, não mais restringindo a educação básica, somente, como responsabilidade do Estado de garantir a oferta, o acesso e a permanência, mas também dos movimentos sociais e organizações da sociedade. No segundo momento, intervém no sentido, que influencia o Ministério da Educação elaborar um plano de políticas educacionais, restrito, ao ensino fundamental.

No período, dos mandatos do governo Fernando Henrique Cardoso (1995 -1998\ 1999 - 2002) a educação a nível fundamental teve oferta, acesso e gratuidade, mas em contra partida, permitiu o incentivo a educação privada. Nesse contexto, o estado brasileiro possibilitou o mercado internacional intervir nas decisões de governo, que reestrutura e fiscalizam as políticas públicas (sociais), no caso em estudo, as políticas educacionais brasileiras. Seguindo estabelecido na Constituição Federal (BRASIL, 1988) para extinguir o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental, contudo, esquecendo-se do ensino médio regular, que atualmente, vem vivenciando altos níveis de reprovação e abandono, déficit de aprendizagem e ainda, dificuldades para atender todos os níveis sociais, que antes representavam uma parcela da população excluída. Por isso, cabe enfatizar que políticas públicas educacionais são planejadas em função de programas de governo, de curto prazo, que visa apenas resultados imediatos. E que exige estabilidade e continuidade em longo prazo de políticas para reverter o tardio investimento econômico e político na educação média.

Conforme o documento da Conferencia Nacional de Educação (CONAE) diz que:

O ponto de partida para esta análise é a política que orienta a estruturação do novo PNE no que diz respeito ao ensino médio: a sua universalização com qualidade social, por meio de ações que visem à inclusão de todos no processo educativo, com garantia de acesso, permanência e conclusão de estudos com bom desempenho; respeito e atendimento à diversidade socioeconômica, cultural, de gênero, étnica, racial e de acessibilidade, promovendo igualdade de direitos; e o desenvolvimento da gestão democrática. (MEC, 2010, p.63)

## 1.1 INTERDEPENDÊNCIAS MERCADO E EDUCAÇÃO

Este trabalho relaciona a influencia do mercado regulador e as demandas de formação humana, estabelecendo uma dependência da educação e do trabalho, para o crescimento da economia. Perante esse fator, a sociedade atual é convencionada como do conhecimento-informação que demanda atender necessidades de mão de obra qualificada, por isso, se faz necessário investir na formação (geral e técnica).

Essa dualidade compromete, seriamente, a qualidade da educação pública, que vem caracterizar as relações entre ciência e trabalho, reforçando as desigualdades sociais. Então, como superar a dualidade do ensino médio versus do mercado de trabalho?

[...] seja por razões políticas, seja por razões ligadas ao indivíduo, à educação foi tido historicamente como um canal de acesso aos bens sociais e à luta política e, como tal, também um caminho de emancipação do indivíduo (CURY, 2002, p.260).

Entendido no sentido mais amplo, que não se esgota nem na dimensão da Universidade (como no propedêutico) nem na do trabalho (como no técnico), mas compreende as duas – que se constroem e reconstrói pela ação humana, pela produção cultural do homem cidadão -, de forma integrada e dinâmica, Tal concepção está expressa em alguns documentos nacionais oficiais sobre as competências e habilidades específicas esperadas do estudante desse nível de ensino (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p.354).

O Ensino Médio comporta diferentes concepções: em uma compreensão propedêutica, destina-se a preparar os alunos para o prosseguimento dos estudos no curso superior; para a concepção técnica, no entanto, esse nível de ensino prepara a mão- de - obra para o mercado de trabalho; na compreensão humanística e cidadã a formação básica. Desse modo, para atender a necessidade de escolarização para requalificar a mão- de - obra de modo imediato, para o mercado de trabalho, e ampliar o

acesso à formação profissional. A proposta de *Reestruturação Curricular do Ensino Médio* em vigor de (2011-2014) no estado do RS, sustenta a Lei (BRASIL\Decreto nº 5.154/2004), incorporado a Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, nº 9.394\96), que reitera a integração da Educação Profissional com o Ensino Médio, ou seja, ensino médio integrado ao profissionalizante.

Essa medida de Lei viabilizou articulação entre o conhecimento científico, técnico e cultural, possibilitando a formação humana para o ingresso no mercado de trabalho e a continuidade de estudos. Desse modo, mudanças vêm ocorrendo na legislação para tentar superar as necessidades de acesso, de permanência na escolarização média, para se permitir o conhecimento com iguais condições a todos (as).

Neste sentido, o país tem melhorado a partir da gestão federal de políticas educacionais, segundo Kuenzer, p. 857:

Isso significa que a promoção de efetivo avanço na democratização do acesso e na ampliação da permanência vai exigir um novo pacto federativo, cimentado por um forte investimento, principalmente pela esfera federal e estadual, mesmo que se considere apenas a dimensão quantitativa.

Ou seja, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica - DCNEB vem incentivar participação das unidades federadas (Federal, Estadual e Municipal), com base na legislação (BRASIL, CNE/CEB, nº 07/2010) de propostas e orientações curriculares, para os projetos político-pedagógicos das escolas, apoiando a autonomia dos entes federados na educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio). Na tentativa de assegurar o ensino articulado e integrado entre as etapas e modalidades de ensino.

## Capítulo II

### **2. MOVIMENTOS INTERNACIONAIS E AS DIMENSÕES: DE DESCENTRALIZAÇÃO, DE DEMOCRATIZAÇÃO E AUTONOMIA NA EDUCAÇÃO.**

Segundo o educador argentino Juan Carlos Tedesco, integrante da UNESCO direciona a crise da educação básica, a tal momento de parar e repensar as relações de mercado, educação e escola. Tal crise teve início nos meados da década de setenta, quando os organismos de financiamento internacionais passaram a interferir nas políticas públicas dos países em desenvolvimento, de modo a redirecionar as políticas de estado e governo. Os organismos internacionais como (Banco Mundial; FMI- Fundo Monetário Internacional; ONU- Organização das nações Unidas; UNESCO- organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura; PNUD- Programa Das Nações Unidas Para o Desenvolvimento; OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico; CEPAL- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe; entre outros) formularam a elaboração de políticas, divulgação e monitoramento da execução de ações e estratégias propostas à educação. Tais interferências de financiamentos ao país foram possíveis através da abertura do Estado a participação de mercados internacionais e que vem intervir no desenvolvimento econômico do país. Essa nova concepção de dependência do mercado externo passou a interferir na economia do estado, expressando o domínio do neoliberalismo nas sociedades, principalmente, em desenvolvimento.

Pensando, soluções para processo de ensino, programas de educação, de outros países, são sugeridos e adotados como medidas preventivas. Sem considerar as especificidades regionais, a estrutura e condições humanas e matérias dos ambientes escolares. Diante dessa situação de intervenção das políticas neoliberais na educação básica, na perspectiva de aumentar o acesso escolar para todos, requisito do documento Educação para Todos (EPT), que representa os compromissos acordados pelos países em desenvolvimento.

Além disso, este documento incentivou participação da sociedade na escola, por meio de ações não governamentais e do trabalho voluntário. Essa abertura da escola a sociedade faz referencia a constituição (BRASIL, 1988, Art. 205) a qual educação, direito

de todos e dever da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade [...] e outro documento que expressa também essa participação coletiva, é a Lei De Diretrizes E Bases LDB (BRASIL, nº 9.394\1996, Art.2): diz que a educação, dever da família e do Estado [...], essa responsabilidade de todos pela educação passa a ser cobrada principalmente do Estado, pelo compromisso assumido no documento Todos Pela Educação perante os organismos de financiamento. Também, esse documento aborda novas perspectivas a educação no sentido de descentralização, autonomia e participação dos poderes públicos. Nesse contexto, segundo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Art.15 LDB) estabelece que:

Os sistemas de ensino assegurarão às comunidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira observada às normas gerais de direito financeiro público. Isto significa que a gestão escolar passa assumir uma função administrativa de organizar e gerenciar seus recursos.

Essas mudanças políticas tiveram influência no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC 1995 - 2002), que promoveu no estado uma gestão de maior flexibilidade, descentralização e desregulamentação. Uma das mudanças no sistema educacional foi à descentralização do poder e recursos para os entes federados (União, estados e municípios) com objetivo de delegar maior autonomia e uniformizar os estados e municípios. Assim, essa decisão refletiu na gestão escolar do país, que passou a ter descentralização administrativa, financeira e pedagógica, devido à orientação de gerenciada políticas internacionais.

Nesse conjunto de concepções de políticas e gestão voltadas para atender as exigências dos investidores internacionais (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional), e não atender as necessidades de formação social Lück (2000, p.19):

Afirma que a descentralização do poder, democratização do ensino, instituições de parcerias, flexibilização de experiências, mobilização social pela educação, sistemas de cooperativas, interdisciplinaridade, são conceitos relacionados com tendências mundiais de globalização e mudança de paradigmas que têm repercussões significativas nas

concepções de gestão educacional e nas ações dela decorrentes.

Com relação ao conceito de descentralização, Lück (2000, p.21), “afirma que se trata de um meio e não um fim, na construção da autonomia, assim como esta é, também, um meio para a formação democrática dos alunos”. A escola encontra-se, atualmente no centro das discussões que envolvem descentralização, democratização e autonomia. Pois, a sociedade globalizada reconhece na educação o principal fator de desenvolvimento do país. Cabe ressaltar que o movimento de descentralização efetivado pelas orientações do documento EPT, conduziu maior autonomia e gestão entre as esferas de governo federal, estadual e municipal. Contudo isso na prática não aconteceu, sendo que a responsabilidade dos entes federados delimitou-se repassar a arrecadação dos recursos públicos destinados à manutenção e as despesas da educação.

Essa descentralização foi assumida perante responsabilidade e atribuições do município e da sociedade em função possibilitar qualidade à educação básica, mas percebe-se o distanciamento do governo federal e estadual com relação à educação básica, tal descompromisso que se expressam nos índices de reprovação e abandono do ensino médio, cabe o desafio dessas esferas buscarem uma integração e tentar resolver o desafio da permanência e qualidade da educação básica a nível médio.

Para tanto, a Constituição Federal de 1988 e a LDB nº 9.394/96 propõe as esferas administrativas públicas um elo de colaboração e articulação entre os sistemas de ensino. De acordo com a Constituição Federal:

Art.211. A União, os Estados, o Distrito Federal e o Município, organizarão, em regime de colaboração, seus sistemas de ensino.

§ 4º. Na organização de seus sistemas de ensino, os estados e os municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. (BRASIL, 1988, Art.211)

## Capítulo III

### 3. CONCEPÇÕES DE POLITÉCNIA EXPRESSA POLÍTICA DE GOVERNO VIGENTE (2011\2014)

O conceito politecnicidade baseado na concepção Marxista expressa à educação no seguinte trecho retirado das Instruções aos Delegados do Conselho Central Provisório da Associação Internacional dos Trabalhadores, de 1868 (MARX & ENGELS, 1983, p. 60): “afirmamos que a sociedade não pode permitir que pais e patrões empreguem, no trabalho, crianças e adolescentes, a menos que se combine este trabalho produtivo com a educação”.

E, continuando, o filósofo alemão deixa claro o que entende por educação (1983, p. 60); por educação entendemos três coisas:

1. Educação Intelectual
2. Educação corporal, tal como a que se consegue com os exercícios de ginástica e militar; e
3. Educação tecnológica, que recolhe os princípios gerais e de caráter científico de todo o processo de produção e, ao mesmo tempo, inicia as crianças e os adolescentes no manejo de ferramentas elementares dos diversos ramos industriais.

O seu texto faz referência ao modelo de organização (taylorista/fordista), que predomina na sociedade principalmente de educação a nível médio, que tinha a educação concepção de servir uma formação para atender o cenário político mundial, na perspectiva de gerar empregos e a qualificação do trabalho manual e intelectual. Esse modo de organizar o trabalho possui suas raízes na II Revolução Industrial (1800 - 1850), quando surge a concepção de que a fragmentação (especialização) do trabalho aumenta a produtividade do trabalhador e, por consequência, os lucros do capitalista. Então, isso demonstra que o modelo de Taylor-Ford influencia a perspectiva de formação de capital humano, pois o profissional qualificado detém domínio do conhecimento pertinente a sua área de atuação. Essa qualificação baseada modelo tardio de mercado, do qual ainda persistente dentro das instituições de formação

humana, está sendo modificado através das políticas de organismos internacionais, e por meio da interferência dos órgãos financiadores, através de propostas políticas, que tem objetivo de promover o crescimento econômico do país. Ainda por influência dessas propostas políticas, ressurgiu a idéia da gestão democrática que faz referência a educação perante Lei Diretriz e Bases 9.394/96 e que deve ser implantada como uma estratégia de gestão voltada para as necessidades do âmbito político econômico da sociedade neoliberal, no contexto de seus interesses.

Faz-se necessário entender a concepção do profissional para o mercado de trabalho no século XXI, o qual demanda atender uma formação para suprir as necessidades como criatividade, disponibilidade, dominar tecnologias e para isso, tem que possuir formação em diversas áreas de atuação profissional, neste sentido de qualificação humana, é essencial repensar formas de organização do currículo a nível médio de educação básica, onde jovens - adultos representam a mão- de- obra para atender as especificidades desse mercado.

Assim, partindo do princípio que todos adolescentes e jovens precisam da escola para adquirir uma formação que atenda as necessidades produtivas, a proposta estabelecida de mudanças no processo do ensino médio, tende atender tais necessidades, impulsionar a ideia de politecnicidade a educação que integra o trabalho, a ciência, e a cultura para desenvolver conhecimentos de caráter científico tecnológico e propiciar a integração de todos os conteúdos, no princípio da interdisciplinaridade. Para Saviani (1989, p.17), a noção de politecnicidade diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. A concepção de politecnicidade já mencionada na LDB no Art. 35 inciso IV, no qual o ensino médio tem por objetivo geral efetivar a formação politécnica à compreensão dos fundamentos científicos tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. Na tentativa de promover uma identidade de ensino a nível médio que até hoje, não existe. Portanto, daí nasce a necessidade de reorganização curricular para oferecer acesso a conteúdos contextualizados, que possibilitem fazer associações do conhecimento já adquiridos e consolidados em seu contexto social.

Cabe dizer, que a escola pública de nível Médio deve priorizar a interdisciplinaridade dos conteúdos de modo a viabilizar maior flexibilidade do currículo, desse modo os conteúdos terão maior relação no contexto social de inserção dos

jovens, e nas estratégias de trabalho em equipe dos professores para que os alunos sejam estimulados a desenvolver a capacidade intelectual, isto é, autonomia de construir o conhecimento através da pesquisa como princípio metodológico. Enfim, atingir essa concepção da proposta, que constitui se como princípio organizador do ensino médio politécnico.



Fonte: AZEVEDO & REIS (2013).

## Capítulo IV

### 4. - Metodologia

Este trabalho procura mostrar as mudanças realizadas no espaço escolar, prescrito na legislação no período de 2011 a 2014, a partir da implantação da nova política educacional do estado. O trabalho apresenta um estudo de caso na escola de Ensino Médio Gastão Bragatti Lepage localizado no município de Candelária - RS que pertence a 6ª Coordenadoria Regional de Educação - CRE. A escola atende aproximadamente 600 alunos nos três turnos da educação básica. O trabalho propõe uma pesquisa com abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, e uma pesquisa indutiva, isto é, uma pesquisa que permite reflexão e interpretação, a partir, dos dados coletados, ao invés de coletar dados para comprovar pressupostos teóricos. A pesquisa norteia-se pela aplicação de um questionário com oito perguntas estruturadas, referente ao documento de Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio, encaminhado as escolas da rede estadual do RS, em 2011; e implementada nas primeiras séries do ensino médio em 2012, tendo continuidade em 2013 e 2014, às outras duas séries (2º ano e 3º ano) do Ensino Médio.

A pesquisa teve início, desde segundo semestre de 2013, pelas minhas observações e vivências, no quadro integrante dos professores (contratados e concursados). Os participantes da pesquisa consistem em dezesseis professores atuantes do ensino médio nos turnos (manhã, tarde e noite). Através desse questionário destacam-se as principais mudanças implantadas na gestão escolar em processo no Ensino Médio. Os dados coletados foram analisados e interpretados e reorganizados pelas respostas dos professores, dos quais, problematizamos em quatro etapas:

**Primeiro:** Reorganização dos conhecimentos científicos (disciplinas) em áreas do conhecimento vem incentivar o trabalho interdisciplinar/contextualizado;

**Segundo:** Inserção da pesquisa como princípio pedagógico, através da iniciação à pesquisa científica e articulação da ciência, trabalho e a politecnicidade, e ainda disciplina de seminário integrado através do aumento da carga horária de 200 dias letivos

distribuídos em 1000horas anuais, sendo que a LDB dispõem de carga horária de 200 dias letivos, distribuídos em 800horas anuais);

**Terceira:** Avaliação emancipatória que propicia autonomia, condição flexível de avaliar o aprendizado, através da avaliação qualitativa de conceitos descritivos da aprendizagem (CSA - construção suficiente de aprendizagem; CPA - construção parcial da aprendizagem e CRA - construção restrita da aprendizagem);

**Quarta:** Dualismo entre ensino geral e o profissionalizante.

No contexto de oportunidade de trabalho e desenvolvimento do município de Candelária, a economia da cidade baseada na agricultura e suas variedades de plantio, sendo o fumo principal cultivo, em seguida o setor terciário. Cabe destacar, como característica da escola, atender alunos de regiões do interior do município, que moram em regiões de difícil acesso e dependem de transporte público.

Em grande maioria os alunos não demonstram perspectivas de continuar os estudos, especialmente os filhos de famílias que tem propriedades de plantio. Os demais esperam através do ensino a oportunidade do primeiro emprego, assim neste espaço escolar, os jovens representam parte das estatísticas de repetência e evasão escolar do estado. Pois, alguns quando iniciam primeiro emprego, trocam de turno (manhã para noite) e acabam a evadirem da escola.

A escola possui um quadro elevado de abando e evasão como demonstrado a seguir:

<b>ANO</b>	<b>MATRÍCULA INICIAL</b>	<b>ALUNO SITUAÇÃO APROVADO</b>	<b>ALUNO SITUAÇÃO REPROVADO</b>	<b>ALUNO SITUAÇÃO ABANDONO</b>	<b>MATRÍCULA CANCELADA</b>
<b>2011</b>	289	149	88	29	23
<b>2012</b>	284	155	61	29	39

	Alunos aprovados com estudos compensatórios (próximo ano recuperar) referente proposta vigente (2011-2014) implantada 1º ano Ensino Médio Politécnico perfaz total de 31 alunos.				
<b>2013</b>	242	160	37	27	18
	Alunos aprovados com estudos compensatórios (próximo ano recuperar) referente proposta vigente (2011-2014) implantada 1º ano e agora 2º ano do Ensino Médio Politécnico perfaz total de 40 alunos.				

QUADRO 2 : DADOS FONTE DA SECRETARIA DA ESCOLA GASTÃO BRAGATTI LEPAGE NO MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA- RS.

#### 4.1-DISSCUSSÕES E RESULTADOS

O trabalho tem a perspectiva de elencar os principais pontos, e modificações significativas, no ambiente escolar pesquisado, a partir da proposta de reorganização curricular para novo Ensino Médio Politécnico que faz referencia a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, nº 9394\96) e Diretrizes Curriculares Nacionais para Ensino Médio (MEC, CNE, 2011) que explicita alguns pontos de mudança no processo de gestão educacional do ensino Médio gaúcho, a partir dos quais são resultados da pesquisa. A pesquisa foi realizada com dezesseis professores do ensino médio, os quais estão vivenciando essa mudança do plano de governo 2011-2014, que expressa uma nova tentativa de Política Educacional, no sentido de promover a redução da evasão escolar e qualificar o Ensino Médio do estado.

A partir da análise de quatro questões que problematiza os principais pontos de mudança no currículo escolar implantado, referente ao questionário respondido de pesquisa:

**Primeiro:** nove professores consideram a reorganização dos componentes curriculares em quatro áreas do conhecimento, dentro deste contexto, o contato que os profissionais das áreas têm se faz nas reuniões e conselhos de classe. Nesse sentido, é necessário planejamento (projeto interdisciplinar) entre os professores das respectivas áreas de conhecimento para que exista a integração proposta.

**Segunda:** oito professores consideram a proposta um recurso para aproximar os professores das áreas do conhecimento, no sentido de possibilitar a integração com a disciplina de seminário integrado, e as demais disciplinas, além disso, incentivar a pesquisa e a politecnia (ensino, ciência e trabalho).

A inserção da disciplina Seminário Integrado no Ensino Médio, pressupõe de critérios adotados a inserção da disciplina de forma gradativa, isto é, a partir do primeiro trimestre de 2012, iniciou o processo de trabalho nas turmas do primeiro ano do Ensino Médio das escolas de rede estadual do estado; em 2013, também foi oferecido para as turmas do segundo ano e, por fim, ano de 2014 as turmas de terceiro ano;

**Terceira:** três professores consideram a proposta de mudança curricular no quesito avaliação uma estratégia de mudar os índices de evasão e repetência do ensino médio. Essa interpretação dos professores pode ser entendida, pois a proposta tem concepção de avaliação qualitativa através de conceitos sobre a nota. Na tentativa de mascarar avaliação tradicional (nota), e assim conceder um novo sentido de avaliação (parte\ totalidade), surge assim o princípio de avaliação emancipatória, que consiste em avançar o aluno que não atingir todos os objetivos de determinada área disciplinar, pois essa concepção permite o aluno ser promovido e amparado pelos estudos complementares na progressão continuada, no próximo ano letivo;

**Quarta:** sete professores afirmam que a integração entre o ensino médio e educação profissional, conforme o decreto nº 5.154\2004 avança para reverter a ideia de dualidade do ensino para vestibular (propedêutico) e o ensino para mundo do trabalho (profissionalizante), segue as seguintes orientações Integrada, Concomitante e Subseqüente que possibilitam o jovem escolher o tipo de formação:

1. Integrada (inciso I do parágrafo 1º do artigo 4º) oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula para cada aluno.
2. Concomitante (inciso II do parágrafo 1º do artigo 4º); oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental ou esteja cursando o Ensino Médio e com matrículas distintas para cada curso
3. Subseqüente (inciso III do parágrafo 1º do artigo 4º): oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Médio. (BRASIL, PARECER CNE\CEB nº 5.154\2004).

Cabe ressaltar que no último ano de implantação da proposta no terceiro ano do Ensino Médio, professores ainda têm dúvidas sobre a reforma curricular. Devido à requisição de novos professores contratos, recém formados que desconhecem a proposta para ensino médio e também as dificuldades relatadas por professores no trabalho disciplina de seminário integrado e na avaliação qualitativa. Além disso, por ser uma proposta referente à gestão de governo (2011\2014), é uma política que exige estabilidade e continuidade em longo prazo para reverter às desigualdades de escolarização média do estado e de todo território brasileiro.

#### 4.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste trabalho realizado na escola de ensino público no município de Candelária/RS, pode se estabelecer a relação entre reorientação curricular, política educacional e suas influências na gestão escolar. A reestruturação Curricular do Ensino Médio, implantada pela atual gestão da SEDUC - RS é uma política que não é o suficiente para modificar a realidade da última etapa da educação da Educação Básica: o Ensino Médio, tal proposta direciona novos paradigmas de concepção para o currículo como a pesquisa como princípio metodológico (ciência e tecnologia), a avaliação emancipatória (parte – totalidade) e a gestão escolar nas dimensões administrativa, financeira, política e pedagógica.

No entanto, a pesquisa manifesta contradições à proposta por ser conjunto de programas e ações que seguem as orientações de políticas internacionais de mercado. E assim, efetiva-se atender um paradigma econômico de acumulação flexível e tecnológico, que exige de jovens competências, tais como criatividade, multitécnicas e trabalho em equipe. Portanto, a interferência do mercado global evidencia a tendência de (re) copiar, implantar orientações e ações estratégicas de políticas internacionais, que os governos acreditam dar certo no Brasil, um país estigmatizado perante a elite social, de diferenças sociais e regionais. A proposta estudada trouxe reflexões sobre a construção de um novo currículo, não mais com necessidade de atender as políticas de mercado (formação mão –de –obra), mas um currículo com foco na formação humana integral. Para possibilitar tal proposta à educação necessita ser sistêmica, para efetivar uma autogestão e cooperação entre esferas federativas (União, Distrito Federal, Estado e Municípios) para melhorar financiamento da educação principalmente na última etapa obrigatória dos 15 aos 17 anos, da educação nível médio, que sendo essa uma das etapas intermediárias entre ensino fundamental e ensino superior têm como um dos princípios promoverem condições para preparar para trabalho e cidadania. Sendo responsabilidade de o Estado garantir uma educação pública de qualidade social em tempos de capitalismo global. Neste cenário estruturado nas transformações das relações sociais; políticas; econômicas; culturais e tecnológicas que gerencia a

gestão educacional, os países em desenvolvimento ainda seguem as exigências do mercado produtivo tardio (fordista\ taylorista).

Na expectativa de novas tendências de mercado influenciar cada vez mais, mudanças (re) estruturação social e (re) estruturação curricular da educação básica. Na tentativa de equilibrar essas necessidades de mudanças que se encontra o estado do RS e o Brasil, na educação média, realidade retratada nos índices que qualificam a educação IDEB, cuja proposta (2011-2014) do estado do RS integra o ranking das escolas estaduais, na segunda posição, a nota 3,9 referente o ano de 2013, e a proposta é chegar atingir pelas políticas de financiamento o IDEB 4.3. Para isso, é necessário investir em propostas de autogestão entre os mecanismos de financiamento da educação, para tentar reverter este quadro de desigualdades regionais na educação média. Enfim, este trabalho faz parte de um estudo que deixa em aberto novas propostas de políticas para mudanças no processo de Ensino Médio do estado RS, no sentido de mudar os índices de repetência e abandono e atingir a qualidade almejada pela sociedade.

## 5. Referências Bibliográficas:

Azevedo, Jose Clovis; Reis, Jonas Tarcísio. **Reestruturação do ensino médio: pressupostos teóricos e desafios da prática-1**. Ed. São Paulo: Fundação Santillana, 2013.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Brasília, DF, 2002.

Brasil, 2010. Câmara de Educação Básica e do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação. Parecer nº 5 de 4\5\2011 sobre “**Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**”.

BRASIL. Parecer nº 5, de 04 de maio de 2011. **Sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Diário Oficial da União, Brasília, DF: 24 jan. 2012 a. Seção 1, p. 10.

BRASIL. Lei nº 10.172. **Plano Nacional de Educação**. 2001.

BRASIL. Lei nº 9.394. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996.

BRASIL, Decreto 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os artigos 39 a 41 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências.

Clavatta, M.; Ramos, M. **A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controverso**. Educ. Soc., Campinas, v. 26, n. 92, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_artext&pi](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artext&pi)

d = S 0 1 0 1 -73302005000300017&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 22 setembro 2014.

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, n.116, p.245-262, jun. 2002.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE), 2010, Brasília, DF. **Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias**. Brasília, DF: MEC, 2010.

Declaração Mundial sobre Educação para Todos. (1990) Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em 03 de agosto de 2014.

FRIGOTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs.) **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

KUENZER, A.Z. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1997. (Questões de nossa época, n. 63).

KUENZER, A. **As propostas de decreto para regulamentação do ensino médio e da educação profissional: uma análise crítica**. Curitiba, 2003. Disponível em: <[www.anped.org.br/representacoesanped2004.pdf](http://www.anped.org.br/representacoesanped2004.pdf)> Acesso: 10 outubro 2014.

KUENZER, Acácia Zeneida. O ensino médio no Plano Nacional de Educação 2001-2020: superando a década perdida? **Educação & Sociedade**, Campinas, v.31, n. 112, p. 851-873, jul-set. 2010.

LÜCK, H. Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores. **Em aberto**, Brasília: INEP, v. 17, n. 72, p. 11-33, fev./jun. 2000.

LÜCK, Heloísa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. 8. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LÜCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão Educacional**, 7.Ed. Petrópolis, RJ: Vozes,2011.

MARX, K. & ENGELS, F. **Textos sobre Educação e Ensino**. São Paulo: Moraes, 1983.

O Ensino Médio: agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. **Revista Educação & Sociedade**, n.º70. Campinas, Abril 2000B.

O Ensino de 2º Grau: **O trabalho como princípio educativo**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 1997.

Pinto, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Política e Educação no Brasil: o papel do congresso Nacional na Legislação do Ensino**. 6. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SOUZA, Donaldo Bello de; FARIA, Lia Ciomar Macedo de. **Reforma do Estado, Descentralização e Municipalização do Ensino no Brasil: A Gestão. Política dos Sistemas Públicos de Ensino Pós - LDB 9.394/96**. (2004) Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v12n45/v12n45a02.pdf>>. Acesso em 08 de setembro de 2014.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

UNESCO. **Educação para todos: o compromisso de Dakar**, Brasília, UNESCO/Consed/ ação educativa, 2001.

ZANARDINI, Isaura Mônica Souza. **A ideologia da pós-modernidade e a política de gestão educacional brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP - Faculdade de Educação, 2006.

RIO GRANDE DO SUL, Secretaria da Educação: (2011). **Proposta pedagógica para o ensino médio politécnico e educação profissional integrada ao ensino médio 2011-2014**. Porto Alegre/BR: SEDUC/RS. Disponível em <[http://www.educacao.rs.gov.br/dados/ens\\_med\\_proposta.pdf](http://www.educacao.rs.gov.br/dados/ens_med_proposta.pdf)>. Acesso em: 22setembro2014.

SAVIANI, D. **A Nova Lei da Educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 1997.

## **ANEXOS**

## Questionário

ROTEIRO DAS PERGUNTAS BASEADO NA PROPOSTA CURRICULAR PARA O ENSINO MÉDIO DO ESTADO DO RS.
---

1. O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola atende às demandas da Reestruturação Curricular do Ensino Médio.

Sim                       Não                       Pouco

2. O PPP foi (re) discutido e atualizado de acordo com a proposta de governo para o Ensino Médio politécnico

Sim                       Não                       Pouco

3. A proposta Curricular do Ensino Médio conduz o ensino por áreas de conhecimento e o ensino pela pesquisa, de modo interdisciplinar e contextualizado. Que viabilize novas metodologias e uma melhor prática pedagógica de ensino-aprendizagem.

Sim                       Não                       Pouco

4. Em sua concepção como educador, assinale a(s) principais modificações que trouxe (ram) a proposta de reestruturação currículo ensino Médio é (são):

A integração da áreas e as dimensões trabalho/ciência/ tecnologia e cultura

A pesquisa como princípio metodológico

Melhoria na qualidade de ensino

Avaliação por conceito descritivo

Não houve mudanças significativas

5. Sendo a proposta de reestruturação curricular um plano de governo implantado no estado no RS (2011-2014). Na sua concepção se fosse uma política de Estado resgataria a qualidade do Ensino Médio .

Sim                       Não                       pouco

6. Houve alguma atividade entre as áreas do conhecimento como elaboração projetos, iniciação científica, amostra de trabalho. Que foram desenvolvidas através do eixo trabalho/natureza; trabalho/sociedade; trabalho/ciência e tecnologia; trabalho /cultura.

Sim                       Não                       mais ou menos

7. A nova organização do currículo, proposto, contribuiu para acabar com a dicotomia entre o ensino para vestibular (propedêutico) e ensino para o trabalho.

Sim                       Não                       pouco

8. Você professor teve conhecimento da proposta do Ensino Médio Politécnico do estado através?

Da equipe diretiva               Da 6ª Coordenadoria Regional Da educação – assessoria pedagógica               Mídia